



CS INFRA S.A.

CNPJ nº 43.312.111/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destaques Operacionais e Financeiros: As Informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da **CS Infra S.A. e suas controladas**. A **CS Infra S.A.** ("CS Infra") é uma empresa de gestão de concessões de longo prazo, com investimentos em empresas nos setores de: rodovias, portuários e mobilidade. O portfólio da CS Infra hoje é composto por seis concessões: **CS Portos: ATU 12 Arrendatária Portuária S.A.**, concessão portuária que tem como atividade principal a movimentação de grãos sólidos, principalmente, fertilizantes, concentrado de cobre e minérios diversos. A SPE foi constituída em 25 de março de 2021, com sede no município de Candeias, Estado da Bahia e assinou em 08 de junho de 2022 o termo de posse das instalações portuárias do terminal. **ATU 18 Arrendatária Portuária S.A.**, concessão portuária que tem como atividade principal a movimentação de grãos sólidos vegetais. A SPE foi constituída em 25 de março de 2021, com sede no município de Candeias, Estado da Bahia e assinou em 08 de junho de 2022 o termo de posse das instalações portuárias do terminal. **CS Rodovias: Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias S.A.**, concessão patrocinada que tem como atividades principais a prestação de serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária. A SPE foi constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão das rodovias PI-397 ("Transcerrados") e PI-262 ("Palestina"). **Concessionária de Rodovias Rota da Integração S.A.**, concessão que tem como atividades principais a prestação de serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário composto pelo LOTE 5: Rodovia MT-020: Trecho Firmeza na Pista Dupla (Paranatinga) - Entroncamento com a MT-326 (Canarana) com extensão de 279,78 km e Rodovia MT-326: Trecho Entroncamento com a BR-158 - Entroncamento com a MT-020, com extensão de 28,59 km, perfazendo a extensão total de 308,379 km. A SPE foi constituída em 21 de maio de 2025, com sede em Mato Grosso. **Concessionária CS Rodovias Mercosul S.A.**, concessão que tem como atividades principais a exploração da infraestrutura, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à conservação da Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Uruguai, entre São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina). A SPE foi constituída em 25 de agosto de 2025, com sede em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul **CS Mobilidade: Concessionária Terminais Bloco Leste S.A.**, concessão que tem como atividades principais a exploração de concessão administrativa para administração, operação, manutenção, conservação, requalificação e exploração comercial de terminais vinculados ao sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros do município de São Paulo. A SPE foi constituída em 03 de abril de 2025, com sede em São Paulo. **Destaques financeiros: Receita líquida de prestação de serviço consolidada:** no comparativo de 2025 com 2024, houve um aumento de R\$ 58,9 milhões, impulsionado pelo cumprimento dos marcos contratuais que ampliaram a contraprestação patrocinada, crescimento da curva de tráfego na Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias S.A. e início das operações nas novas concessões Concessionária Terminais Bloco Leste S.A e Concessionária CS Rodovias Mercosul S.A. **Resultado bruto:** houve um aumento de R\$11,3 milhões, no comparativo do ano de 2025 com 2024, decorrente principalmente da receita com arrecadação e contraprestação da Grãos do Piauí e início das operações nas novas concessões Concessionária Terminais Bloco Leste S.A. e Concessionária CS Rodovias Mercosul S.A. **Endividamento líquido:** totalizou R\$ 1,33 bilhão em 2025, refletindo a estratégia de financiamento de longo prazo do Grupo, voltada ao suporte dos investimentos contratados nas concessões, majoritariamente estruturados junto ao Banco do Nordeste (FNE) e por meio de notas comerciais intragrupo, em linha com o perfil de maturação dos projetos. **O Capital Expenditure ("CAPEX")** registrado em suas controladas em 2025 superou os R\$299.568 milhões, investidos principalmente em melhorias e construção nos segmentos: portos R\$234,8 milhões, rodovias no valor de R\$61,5 milhões e R\$3 Milhões em mobilidade. **Mensagem da Administração:**

- **O Segmento de Portos** encerrou o exercício de 2025 com uma redução de 42,1% de receita líquida na prestação de serviço portuária e construção, decorrente da finalização dos investimentos. A estrutura do Terminal TGS1 conta hoje com a operação de fertilizantes, concentrado de cobre, manganês, enxofre e outro minérios, estando entre os 10 maiores portos de fertilizantes do Brasil. O contrato de concessão de 25 anos na ATU12 e 15 anos na ATU18, contará com o mais avançado sistema de automação, segurança e proteção ao meio ambiente, e entre os investimentos podemos destacar:
 - Construção de novo armazém com capacidade estática mínima de 80.000 toneladas;
 - Implantação de sistema de despeioimento, com controle de geração de resíduos sólidos / emissões atmosféricas;
 - Substituição da cobertura, piso e reforma estrutural dos armazéns existentes;
 - Recuperação estrutural do TGS I e II e implantação de sistema para tratamento de efluentes líquidos do píer, incluindo drenagem;
 - Dragagem de aprofundamento do berço de atracação TGS 1 Sul para profundidade de -15,0 m (DHN);
 - Recuperação e construção de prédios;
 - Aquisição de equipamentos para descarregamento de navios, com capacidade nominal de 2.000 t/h, com dimensões para atender embarcação de projeto tipo Panamax;
 - Aquisição de equipamento para empilhamento nos pátios, com capacidade nominal de 5.000 t/h e 2.100 t/h respectivamente (ATU12/ATU18), capaz de empilhar até 12,3m de altura;
 - Ampliação do sistema de transporte por esteiras, de forma a interligar o novo armazém ao sistema existente;
 - Implantação de sistema de despeioimento, com controle de geração de resíduos sólidos/emissões atmosféricas nas transferências entre transportadores, e sistema de limpeza de correias transportadoras;
 - Instalação de balanças rodoviárias e de balanças de fluxos;
 - Aquisição de novas máquinas para movimentação e expedição de carga; e
 - Implantação de sistema de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas.
- Os contratos de concessão dos portos fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos ("PPI") do Governo Federal, e deve superar R\$500 milhões em investimentos, com o objetivo de gerar mais de 600 empregos com as obras de manutenção e construção na operacionalização dos Terminais I e II.
 - **O Segmento de Rodovias** encerrou 2025, com investimentos de mais de R\$60,5 milhões na Grãos do Piauí e Rota da integração, que apresentam grandes melhorias, manutenção, conservação e operação, gerando conforto e segurança aos usuários, que historicamente, enfrentaram dificuldades de tráfego local. Na Grãos do Piauí as obras contemplam trechos das rodovias PI-397 (Transcerrados) e PI-262 (Estrada Palestina), que atravessam a região sul do estado do Piauí, abrangendo 25 municípios que, juntos, representam cerca de 25% da área total do Piauí e população de quase 200 mil habitantes. Na Concessionária Rota da Integração os recursos foram aplicados decorrente das necessidades da fase pré-operacional do contrato, voltados basicamente a projetos e demandas dos trabalhos iniciais. A preservação e recuperação das vias são de interesse nacional e proporcionam aos agricultores melhores condições de escoamento da produção, diminuição de gastos com logística e transporte e seu desenvolvimento impacta positivamente a vida de mais de 200 mil pessoas. Entre os principais benefícios já implementados na rodovia, via estratégica para o transporte de cargas, pois é uma rota que concentra o escoamento de grãos como milho e soja, fundamental para a economia piauiense:
 - Implantação de 144km de Rodovia;
 - Implantação de 04 Praças de Pedágio;
 - Implantação de Dispositivos de Segurança em todas as curvas e locais perigosos;
 - Instalação de 736 placas de sinalização
 - Limpeza e roçada da faixa de domínio - que totaliza 16 milhões de m² e 3.500 m² tapa-buracos. Além disso, 276 km de pintura, que envolve sinalização horizontal, marcações no pavimento, delimitação de acostamentos, faixas de pedestres e de ultrapassagens, aviso de sentido de via, entre outros pontos que aumentam a segurança na rodovia. A Base de Serviços Operacionais ("BSO"), que também já está em operação, conta com uma estrutura que oferece banheiros com acessibilidade para pessoas com deficiência, fraldário, bebedouro, totems de autoatendimento, *Wi-Fi*, área de descanso, entre outros serviços. O Serviço de Atendimento ao Usuário ("SAU"), outra parte fundamental da concessão, disponibiliza um quinho pesado e um leve, um caminhão pipa, um caminhão multissu, dois veículos de inspeção de tráfego. Foram realizados mais de 7.500 atendimentos aos usuários. A Concessionária também concluiu a instalação de 11 torres de radiocomunicação, espalhadas estrategicamente ao longo dos 276,8 km da rodovia. Para realização de cada uma das etapas da obra, a CS Grãos do Piauí recebeu todas as licenças ambientais necessárias junto às autoridades e órgãos responsáveis, além de ter realizado trabalhos de apoio à fauna. Vale ressaltar que o índice de satisfação dos usuários subiu para 88%, resultado das contínuas melhorias e investimentos de infraestrutura e serviços, impulsionando a criação de empregos e o fortalecimento da logística do agronegócio. Outrossim, vem sendo desenvolvido vários programas sociais e campanhas junto aos usuários das rodovias. No final de 2024 a Concessionária de "Combate à Prostituição Infantil e Combate à Violência Contra a Mulher" foi premiada com o Selo "Mais Mulheres" pela Secretaria das Mulheres - SEMPI do Governo do Estado do Piauí. Em fevereiro de 2024, a CS Grãos do Piauí, ampliou sua concessão com a incorporação das rodovias PI-247, PI-391 e PI-392, reafirmando seu papel como a maior Concessionária rodoviária do Norte-Nordeste. Ao longo dos próximos 27 anos, serão investidos R\$ 4,1 bilhões, abrangendo 584 km de rodovias cruciais para o escoamento agrícola no Cerrado piauiense, com impacto direto na competitividade do agronegócio. Na Rota da Integração as obras contemplam recuperação do pavimento, alargamento e recuperação de pontes, implantação de acostamentos, implantação de interseções (tipo rotatória e trevos), implantação de 2 Bases de Suporte Operacional (BSO), implantação de 6 pórticos de Sistema de Cobrança sem Barreiras (Free Flow), implantação de 1 base de parada e apoio a caminhões, implantação de 1 pesagem dinâmica (HSWM), implantação de Centro de Controle Operacional (CCO), revitalização de sinalização horizontal e vertical, implantação de defensas metálicas, manutenção e conservação dos trechos, socorro médico e mecânico, inspeção de tráfego e apoio no combate a incêndio. Todos esses investimentos, representam um desenvolvimento estratégico na infraestrutura logística estadual, com foco na melhoria da qualidade da malha viária, elevação dos padrões de segurança e eficiência operacional, bem como no fortalecimento da conectividade regional e do escoamento da produção agrícola e industrial.
 - **O Segmento de Mobilidade** da CS Infra é representado pela atuação da Concessionária Terminais Bloco Leste S.A., responsável pela execução do Contrato de Parceria

Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, celebrado com o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, com a intervenção da SPTrans, pelo prazo de 30 anos. A concessão tem por objeto a administração, operação, manutenção, conservação, requalificação e exploração comercial de terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de São Paulo, incluindo 12 terminais estratégicos e as estações do Expresso Tiradentes, exercendo papel fundamental na mobilidade urbana da capital. No exercício de 2025, ano marcado pelo início da operação da concessão, a Companhia concentrou esforços na estruturação operacional, implantação dos processos de governança, adequação aos requisitos regulatórios e atendimento às obrigações contratuais iniciais, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos usuários do sistema. Paralelamente, avançou na organização das frentes técnicas, administrativas e financeiras necessárias à futura execução das obras de requalificação previstas contratualmente. O contrato prevê investimentos obrigatórios estimados em aproximadamente R\$ 120 milhões, direcionados à requalificação e modernização dos terminais, com foco em acessibilidade universal, segurança operacional, modernização tecnológica, eficiência da circulação de passageiros e melhoria da experiência do usuário, a serem realizados conforme o cronograma contratual nos próximos exercícios. A remuneração da concessão é composta pela contraprestação pública periódica, vinculada ao cumprimento de indicadores de desempenho, bem como por receitas acessórias decorrentes da exploração comercial dos terminais, o que contribui para a sustentabilidade econômico-financeira de longo prazo do projeto, em linha com os princípios de eficiência, previsibilidade e adequação alocação de riscos estabelecidos no contrato. A atuação da CS Infra no segmento de mobilidade urbana reforça o posicionamento estratégico do Grupo na gestão de concessões de serviços públicos essenciais, combinando disciplina operacional, robustez contratual, responsabilidade fiscal e compromisso com a prestação de serviços de qualidade, gerando valor ao poder concedente, aos usuários do sistema de transporte e aos acionistas. **Agradecimentos:** Expressamos nossa gratidão pelo comprometimento e dedicação de todos os envolvidos neste projeto, nossos clientes, parceiros públicos e privados, além dos nossos colaboradores. Nossa equipe demonstrou alto nível de profissionalismo e trabalho em equipe, com resiliência, encontrando soluções inovadoras para garantir o cumprimento das metas, demonstrando além da competência técnica o compromisso com o orçamento previsto, o que nos permitiu entregar os resultados esperados, tendo como foco a responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos recursos. Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, *Compliance* e Transparência, direcionando nosso crescimento com o foco na prestação de serviço, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

Fernando Antônio Quintas Alves Filho
Diretor Presidente CS Infra

1. Principais destaques financeiros

CS Infra (valores em R\$ mil)

	2025	2024	Δ A/A %
Receita Bruta	596.626	855.486	-30,3%
(-) Deduções da Receita	(28.500)	(20.459)	39,3%
(=) Receita Líquida	568.126	835.027	-32,0%
Receita Líquida de Vendas e prestação de serviços	268.558	209.661	28,1%
Receita de construção	299.568	645.825	100,0%
(-) Custos Totais	(487.216)	(765.396)	-36,3%
Custo de serviços prestados	(187.648)	(119.571)	56,9%
Custo de construção	(299.568)	(645.825)	-53,6%
(=) Lucro Bruto	80.910	69.631	16,2%
Margem Bruta %	14,2%	8,3%	70,8%
(-) Despesas Op. antes do Resultado Financeiro	(72.820)	(58.628)	24,2%
Despesas Administrativas e Comerciais	(72.744)	(58.555)	24,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(76)	(73)	4,1%
EBIT	8.090	11.003	-26,5%
Margem EBIT	1,42%	1,32%	
Margem EBIT s/receita líquida de serviços	3,0%	5,2%	
(+/-) Resultado Financeiro	(62.910)	(35.362)	77,9%
Receitas Financeiras	-	13.584	-7,53%
Despesa Financeiras	(76.494)	(42.897)	78,3%
(=) Lucro antes dos impostos	(54.820)	(24.539)	125,1%
Impostos e contribuições corrente	(6.729)	(396)	1599,2%
Impostos e contribuições diferido	27.329	9.471	
(=) Lucro líquido (prejuízo)	(34.220)	(15.284)	123,9%
Margem Líquida Total	-6,02%	-1,83%	
EBITDA	75.218	71.175	5,7%
Margem EBITDA	13,2%	8,5%	55,3%
Margem EBITDA s/receita líquida de serviços	28,0%	33,9%	-17,5%

A **receita líquida de prestação de serviço** apresentou um aumento de R\$58,9 milhões ou 28,1% no comparativo de 2025 com 2024, impulsionada pelo cumprimento dos marcos contratuais que ampliaram a contraprestação patrocinada, crescimento da curva de tráfego na Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias S.A. e início das operações nas novas concessões Concessionária Terminais Bloco Leste S.A. e Concessionária CS Rodovias Mercosul S.A. Os **custos de serviços prestados** apresentaram um aumento de R\$68 milhões ou 56,9%, decorrente dos custos de manutenção e conservação na rodovia R\$11,2 milhões, custos operacionais nos terminais da Concessionária Bloco Leste R\$ 12 milhões e Custos com manuseio de carga nos portos R\$ 38 milhões. As **despesas administrativas e comerciais** apresentaram um aumento de R\$14,2 milhões 24,2%, decorrente das despesas com salários e encargos e serviços prestados nas novas Concessionárias Rota da Integração e Concessionária Terminais Bloco Leste S.A. O **resultado financeiro** apresentou um aumento de R\$27,4 milhões 77,9%, decorrente principalmente das despesas com empréstimos e financiamentos, que foram tomados junto ao BNB, com a finalidade do contínuo investimento nas concessões e das notas comerciais emitidas junto ao Grupo Simpar. **2. Investimentos:** As controladas da CS Infra efetuaram investimentos de aproximadamente R\$234,8 milhões nas subsidiárias dos portos, com adequação e modernização dos terminais I e II, construção de novo píer, três silos, aumentando a capacidade de armazenamento e movimentação de cargas e de R\$61,5 milhões nas subsidiárias de rodovias, decorrente dos investimentos nas rodovias, e R\$3,1 milhões de reais decorrentes das readequações nos Terminais Bloco Leste. **3. Estrutura de capital:** A gestão de passivos de suas controladas em 2025 foi de suma importância, pois a através da prestação de serviços foi possível cumprir com os compromissos firmados junto ao Governo. As controladas, junto aos fornecedores e prestadores de serviços vem buscando minimizar os custos, melhorar os prazos e forma de pagamento que viabilizem o cumprimento do orçamento planejado. Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez na nossa estrutura de capital, mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios. **4. Auditoria Independente:** Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, informamos que as CS Infra e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores independentes ("PWC") no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a PWC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes. **5. Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio Quintas Alves Filho
Diretor Presidente CS Infra

Diretoria Executiva

Rodrigo Pinheiro Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.846	95	141.490	1.440
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	-	6.836	5	33.917
Contas a receber	7	-	-	82.026	42.396
Tributos a recuperar	8	35	33	4.126	289
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18	287	229	12.254	3.765
Despesas antecipadas	21	34	1	2.809	2.138
Dividendos a receber	14	168	585	-	585
Partes relacionadas	14	100	11.738	-	16
Adiantamentos a terceiros		160	60	21.537	41.553
Outros créditos	14	60.702	1.321	52.472	1.766
Total do ativo circulante		64.332	20.898	316.719	127.865
Ativo não circulante					
Contas a receber	7	-	-	132.387	106.086
Tributos a recuperar		-	-	3	-
Depósitos judiciais	17	-	-	38	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	13.571	8.261	54.820	23.170
Partes relacionadas	14	99	99	99	99
		13.670	8.360	187.347	129.355
Investimentos	8	162.405	140.602	3.371	-
Imobilizado	9	1.135	1.261	20.795	19.292
Intangível	10	258	243	1.818.756	1.389.637
Total do ativo não circulante		177.468	150.466	2.030.269	1.538.284
Total do ativo		241.800	171.365	2.346.988	1.666.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços e construção					
Custo de construção	20	-	-	568.126	835.027
Custo de prestação de serviços	21	-	-	(299.568)	(119.571)
				(187.648)	(645.825)
Total dos custos de prestação de serviços e construção				(487.216)	(765.396)
Resultado bruto				80.910	69.631
Despesas administrativas	21	(15.593)	(24.228)	(71.544)	(57.451)
Despesas comerciais	21	(30)	-	(1.200)	(1.104)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(32.987)	(3.411)	-	-
Outras receitas despesas operacionais, líquidas	21	(39)	(81)	(76)	(73)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(48.649)	(27.720)	8.090	11.003
Receitas financeiras	22	4.017	1.764	13.584	9.002
Despesas financeiras	22	(4.077)	(898)	(76.494)	(44.364)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(48.709)	(26.854)	(54.820)	(24.359)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(6.729)	(396)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	5.310	8.261	27.329	9.471
Total do imposto de renda e da contribuição social		5.310	8.261	20.600	9.075
Prejuízo do exercício		(43.399)	(18.593)	(34.220)	(15.284)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		(43.399)	(18.593)	(43.399)	(18.593)
Acionistas não controladores		-	-	9.179	3.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(43.399)	(18.593)	(34.220)	(15.284)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(43.399)	(18.593)	(34.220)	(15.284)
Acionistas controladores	(43.399)	(18.593)	(43.399)	(18.593)
Acionistas não controladores	-	-	9.179	3.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(48.709)	(26.854)	(54.820)	(24.359)
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial		32.988	3.411	-	-
Depreciação e amortização	9 e 10	75	47	25.922	16.269
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	-	574
Juros sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos		4.183	574	64.670	38.913
		(11.463)	(22.822)	35.773	31.397
Varição de ativo e passivo:					
Contas a receber	7	-	513	(61.492)	(2.857)
Despesas antecipadas		34	-		

→ continuação

CS INFRA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva de investimentos	Reserva legal					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	219.542	—	22.800	3.730	—	24.441	270.513	17.228	287.741
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(18.593)	—	(18.593)	3.309	(15.284)
Cisão parcial (i)	(155.564)	—	—	—	—	—	(155.564)	—	(155.564)
Absorção de prejuízo com reservas	—	—	(18.593)	—	18.593	—	—	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	46.000	—	—	—	—	46.000	—	46.000
Outras variações patrimoniais	—	—	—	—	—	—	470	—	470
Mudança de participação de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	1.382	1.382
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.978	46.000	4.677	3.730	—	24.441	142.826	21.919	164.745
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(43.399)	—	(43.399)	9.179	(34.220)
Aporte de capital	19	126.920	(46.000)	—	—	—	80.920	—	80.920
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Absorção de prejuízo com reservas	—	—	(4.677)	—	4.677	—	—	—	—
Outras variações patrimoniais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Participação dos não controladores na nova controlada	—	—	—	—	—	—	—	3.653	3.653
Saldo em 31 de dezembro de 2025	190.898	—	—	3.730	(38.722)	24.441	180.347	34.750	215.097

(i) Em 31 de janeiro de 2024, ocorreu cisão parcial da CS Infra, referente às operações relacionadas à controlada Ciclus Ambiental Rio S.A., no valor de R\$155.564, incorporada na Ciclus Ambiental S.A., empresa do Grupo Simpar.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A GRUPO CS INFRA E CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Informações gerais: A CS Infra S.A. ("CS Infra" ou "Companhia"), constituída em 15 de junho de 2021, é uma sociedade anônima com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, sala 132, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades, na condição de sócia ou acionista, atuando como holding de investimentos em infraestrutura. A CS Infra S.A. é controlada pela Simpar S.A. ("Grupo Simpar"), grupo empresarial brasileiro com atuação nos segmentos de logística, mobilidade, infraestrutura e serviços. O capital social da CS Infra conta ainda com a participação da CS Brasil Holding e Locação S.A., sociedade integrante do Grupo Simpar. A CS Infra, em conjunto com suas controladas, é denominada Grupo CS Infra. **1.2. Descrição das controladas:** O Grupo CS Infra atua, por meio de suas controladas, na implantação, operação e gestão de ativos de infraestrutura, conforme descrito a seguir: **a) Portos - ATU 12 e ATU 18:** As sociedades ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A. e ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A. são sociedades de propósito específico, com sede no Município de Candeias, Estado da Bahia, constituídas para explorar áreas e infraestruturas públicas no Porto Organizado de Aratu-Candeias/BA, mediante contratos de arrendamento celebrados com a União. A ATU 12 tem como objeto a exploração de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de graneis sólidos, especialmente fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês, coque de petróleo e magnetita. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a operação ocorreu com restrições de capacidade operacional, em razão da indisponibilidade temporária da correia transportadora, o que impactou a eficiência operacional e a produtividade do terminal. Ao longo de grande parte do exercício, o berço sul operou com capacidade reduzida, sendo as atividades realizadas, majoritariamente, por meio de descarga direta com utilização de caminhões. Em dezembro de 2025, foi concluída a montagem da correia transportadora, com início do processo de comissionamento integrado, permanecendo o terminal, até o encerramento do exercício, sem atingir sua plena capacidade operacional contratual. A ATU 18 foi constituída em atendimento às exigências do edital e do contrato de arrendamento, sendo responsável pela implantação, operação, manutenção e gestão da infraestrutura portuária vinculada ao terminal ATU 18. Ambas as companhias são integralmente controladas pela CS Infra S.A., sendo controladas indiretas da Simpar S.A. **b) CS Grãos do Piauí - Concessão Rodoviária:** A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. é uma sociedade anônima com sede em Teresina, Estado do Piauí, constituída em 07 de julho de 2021, responsável pela execução de contrato de concessão patrocinada para construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária do complexo conhecido como Transcerrados. O contrato de concessão foi assinado em 26 de julho de 2021, abrangendo inicialmente as rodovias PI-397 e PI-262, tendo seu escopo ampliado em 01 de fevereiro de 2024 para incluir as rodovias PI-391, PI-247 e PI-392, totalizando 584,04 km de trechos concedidos. Em 30 de dezembro de 2022, a CS Infra S.A. passou a deter 73,25% de participação acionária, tornando-se a controladora da Companhia, que é uma controlada indireta da Simpar S.A. **c) Terminal Bloco Leste - Mobilidade Urbana:** A Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A., constituída em 03 de abril de 2025, com sede no Município de São Paulo/SP tem como objeto social exclusivo a exploração de concessão administrativa para administração, operação, manutenção, conservação, requalificação e exploração comercial de terminais vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de São Paulo. O objeto compreende, entre outras atividades, a administração dos terminais, execução das obras de requalificação e modernização, gestão de receitas acessórias e atendimento aos padrões de desempenho estabelecidos contratualmente. O prazo de duração da Companhia está vinculado ao cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **d) CS Rodovias Mercosul - Ponte Binacional:** A Concessionária CS Rodovias Mercosul SPE S.A., constituída em 25 de agosto de 2025, sob a forma de subsidiária integral, com sede no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, é responsável pela exploração da infraestrutura, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à conservação da Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Uruguai, entre São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina). O sistema concedido, com extensão total de 14 km, incluindo acessos rodoviários e o Centro Unificado de Fronteiras (CUF), teve sua operação iniciada em 02 de dezembro de 2025, data da assunção da infraestrutura e do início da arrecadação das receitas tarifárias. **e) CS Rota da Integração - Concessão Rodoviária:** A Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A., constituída em 21 de maio de 2025, com sede no Estado do Mato Grosso, tem por objeto a exploração dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção, ampliação e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário concedido pelo Estado do Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, dedicada à mobilização inicial, estruturação administrativa, implantação de sistemas e execução dos investimentos previstos contratualmente, ainda sem o início da operação rodoviária ou arrecadação de receitas de pedágio. **1.2.1 Participações societárias:** As participações societárias detidas pela CS Infra S.A. em suas controladas em 31 de dezembro de 2025 estão resumidas da seguinte:

Razão social	País sede	2025 Direta %	2024 Direta %
ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil	100	100
ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil	100	100
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.	Brasil	73,25	73,25
Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.	Brasil	51	—
Concessionária CS Rodovias Mercosul SPE S.A.	Brasil	100	—
Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.	Brasil	100	—
BSIM Participações e Holding Ltda.	Brasil	4,19	—

1.3 Contratos de concessão e prestação de serviços: Contrato de Concessão - ATU 12 e ATU 18: As controladas ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A. e ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A. são titulares de contratos de arrendamento celebrados com a União, por intermédio do então Ministério da Infraestrutura, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, tendo por objeto a exploração de áreas e infraestruturas públicas integrantes do Porto Organizado de Aratu, no município de Candeias, Estado da Bahia. **a) Objeto e prazo:** Os contratos abrangem o arrendamento de áreas, instalações portuárias e infraestrutura pública destinadas à movimentação e armazenagem de graneis sólidos, compreendendo: • graneis minerais, no caso do terminal ATU 12; e • graneis sólidos vegetais, especialmente complexo soja, no caso do terminal ATU 18. O prazo contratual do arrendamento do ATU 12 é de 25 (vinte e cinco) anos, contados da Data de Assunção, enquanto o arrendamento do ATU 18 possui prazo inicial de 15 (quinze) anos, ambos podendo ser prorrogados nos termos da legislação e das condições contratuais aplicáveis, condicionadas à demonstração de vantajosidade e à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As áreas arrendadas totalizam, conjuntamente, aproximadamente 206 mil metros quadrados, incluindo terrenos, pátios, armazéns, píeres e demais instalações essenciais à operação portuária. **b) Modelo econômico e remuneração do Poder Concedente:** O modelo econômico dos contratos prevê que as controladas auferirem receitas diretamente dos usuários dos terminais, mediante preços livremente pactuados, observados os limites regulatórios aplicáveis e a vedação a práticas abusivas. Em contrapartida, as Companhias estão obrigadas ao pagamento ao Poder Concedente e à Autoridade Portuária de: • valor fixo mensal de arrendamento, pelo direito de exploração da área e da infraestrutura pública; • valor variável, calculado com base na tonagem de carga efetivamente movimentada; e • pagamentos de outorga, conforme cronogramas e condições previstos contratualmente. Os contratos estabelecem, ainda, metas anuais de movimentação mínima de cargas, com volumes progressivos ao longo do prazo contratual. Na hipótese de a movimentação efetiva ser inferior ao mínimo exigido, as arrendatárias devem efetuar pagamento complementar do valor variável incidente sobre a diferença apurada, caracterizando a assunção do risco de demanda pelas Companhias. **c) Investimentos e obrigações operacionais:** Nos termos dos contratos de arrendamento e dos respectivos Planos Básicos de Implantação, as Companhias são responsáveis pela execução de investimentos estruturais mínimos, inclusive suportados com recursos próprios ou de terceiros, incluindo, entre outros: • obras civis e ampliação de instalações portuárias; • construção e modernização de armazéns e silos; • reforço e ampliação de píeres; • implantação de sistemas de transporte por correias; • aquisição de equipamentos operacionais, carregadores de navios e sistemas auxiliares; • dragagem e melhorias de acessos aquaviários; e • implantação de infraestrutura elétrica e edificações administrativas. Os contratos também estabelecem parâmetros mínimos de desempenho operacional, tais como capacidade estática de armazenagem, taxas mínimas de carregamento e descarregamento, bem como padrões técnicos de implantação, conservação e manutenção das instalações. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos vinculados às concessões refletem, substancialmente, os investimentos realizados nos terminais portuários e o direito de exploração da infraestrutura ao longo dos respectivos prazos contratuais. **d) Situação operacional:** O terminal ATU 12 manteve suas operações ao longo do exercício de 2025, ainda com restrições temporárias de capacidade, em razão da indisponibilidade parcial de determinadas infraestruturas essenciais, em especial sistemas de correias transportadoras, cuja montagem foi concluída em dezembro de 2025, com início do comissionamento operacional. No terminal ATU 18, após período de paralisação temporária para execução de investimentos estruturais relevantes, as obras e adequações operacionais avançaram ao longo de 2024 e 2025, encontrando-se a Companhia em fase final de implantação ao término do exercício, com retomada integral das operações ocorrendo posteriormente, em consonância com os requisitos contratuais. **1.4 Licenças, aspectos ambientais e sustentabilidade:** As controladas mantêm as licenças, autorizações ambientais e operacionais necessárias à execução de suas atividades portuárias, emitidas pelos órgãos competentes, incluindo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e os órgãos ambientais estaduais, encontrando-se, na avaliação da Administração, em conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis. O Grupo CS Infra adota as diretrizes corporativas do Grupo Simpar relacionadas a mudanças climáticas e sustentabilidade, incluindo políticas de mitigação, monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, eficiência operacional e gestão ambiental. Até 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou impactos relevantes relacionados a riscos climáticos que demandassem reconhecimento de obrigações adicionais ou divulgações específicas. **1.5 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Valor Agregado - IVA Dual (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) e do Imposto Seletivo - IS, o Grupo acompanha a evolução normativa e regulamentar aplicável às suas atividades. Está prevista fase de transição entre 2026 e 2032, período em que coexistirão o sistema tributário atual e o novo modelo. Até 31 de dezembro de 2025, considerando o estágio de regulamentação vigente, a Administração entende que não há impactos materiais identificáveis decorrentes da Reforma Tributária. **1.6 Rodovias - CS Grãos do Piauí:** O Grupo CS Infra atua no setor rodoviário por meio de sua controlada Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A., titular de contrato de concessão patrocinada celebrado com o Estado do Piauí, cujo objeto consiste na construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária de trechos do sistema viário estadual. O contrato abrange os trechos das rodovias PI 397 (Transcerrados), PI 262, PI 391, PI 247 e PI 392, incluindo os ativos, sistemas e instalações integrantes da faixa de domínio, nos termos do contrato original e do Segundo Termo Aditivo, celebrado em 1º de fevereiro de 2024, que formalizou a incorporação de novos trechos rodoviários à concessão. Com a incorporação dos novos trechos, o sistema rodoviário concedido passou a totalizar 584,04 km, abrangendo 25 municípios do Estado do Piauí, inseridos na região do MATOPIBA, estratégia para o escoamento da produção agrícola nacional. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da assinatura do Termo de Transferência de Posse do Sistema Rodoviário, ocorrida em 28 de dezembro de 2021, com término previsto para 28 de dezembro de 2051, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas contratualmente e na legislação aplicável. O modelo econômico da concessão envolve a percepção de receitas tarifárias decorrentes da cobrança de pedágio, contraprestação pública mensal paga pelo Poder Concedente, mecanismos de compartilhamento do risco de demanda e receitas acessórias oriundas de atividades complementares autorizadas. A contraprestação pública está condicionada ao cumprimento dos marcos físicos de obra, ao atendimento dos Indicadores de Qualidade e Desempenho (IQD) e à evolução da operação do sistema rodoviário, conforme o modelo de implantação e *ramp up* estabelecido no Programa de Exploração Rodoviária (PER). O contrato prevê a realização de investimentos relevantes em infraestrutura rodoviária, incluindo obras de pavimentação, implantação de praças de pedágio, bases operacionais, Centro de Controle Operacional, sistemas de monitoramento e serviços de atendimento aos usuários. Em 31 de dezembro de 2025, a concessão encontrava-se em plena operação nos trechos originais, com avanço na execução das etapas previstas no Segundo Termo Aditivo. A concessionária mantêm todas as licenças ambientais e autorizações necessárias à implantação e operação do sistema rodoviário. **1.7 Mobilidade Urbana - Terminal Bloco Leste:** O Grupo CS Infra atua no segmento de mobilidade urbana por meio de sua controlada Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A., titular do Contrato de Concessão nº 005/SMT/2025, celebrado em 11 de junho de 2025 com o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT, em conformidade com o Edital da Concorrência nº 01/2020/SGM SMT. A vigência da concessão teve início em 13 de setembro de 2025, com prazo de 30 (trinta) anos. O objeto da concessão consiste na administração, operação, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais e estações do Expresso Tiradentes, integrantes do sistema municipal de transporte coletivo urbano de passageiros. A remuneração da concessionária é composta por contraprestação pública paga pelo Poder Concedente e receitas acessórias oriundas da exploração econômica das áreas dos terminais. O contrato prevê mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e estabelece hipóteses de aplicação de penalidades, incluindo multas, intervenção administrativa, caducidade e extinção antecipada. **1.8 Rodovias - CS Rodovias Mercosul:** O Grupo CS Infra atua no segmento rodoviário internacional por meio de sua controlada Concessionária CS Rodovias Mercosul SPE S.A., titular do Contrato de Concessão nº 01/2025, celebrado em 25 de novembro de 2025 com a Comissão Mista Argentino-Brasileira - COMAB. O objeto do contrato consiste na exploração da infraestrutura, operação, manutenção, monitoração e realização dos investimentos necessários à adequada prestação dos serviços relacionados à Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Uruguai, aos acessos rodoviários localizados em ambos os países e ao Centro Unificado de Fronteiras - CUF. O prazo da concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da Data de Assunção da operação, formalizada em 02 de dezembro de 2025. As receitas decorrem, principalmente, da cobrança de tarifas dos usuários da infraestrutura concedida, conforme critérios definidos contratualmente. A Companhia assumiu a operação da concessão em 02 de dezembro de 2025, data a partir da qual teve início a prestação dos serviços e a cobrança das tarifas. Em 31 de dezembro de 2025, a concessão encontrava-se em fase inicial de operação. **1.9 Rodovias - Rota da Integração:** O Grupo CS Infra atua no setor

rodoviário no Estado de Mato Grosso por meio de sua controlada Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A., titular de contrato de concessão celebrado em 1º de setembro de 2025 com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA, para a exploração do sistema rodoviário correspondente ao Lote 5. O objeto da concessão compreende a operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração dos trechos rodoviários previstos contratualmente. Em 31 de dezembro de 2025, a concessão encontrava-se em fase pré-operacional, com a Companhia dedicada às atividades de mobilização inicial, estruturação administrativa e execução dos investimentos previstos contratualmente, não havendo ainda início da operação rodoviária nem arrecadação de receitas tarifárias.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 08 de maio de 2026. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, bem como aquelas em que premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CS Infra foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual pressupõe que a Companhia e suas controladas continuarão em operação no futuro previsível, realizando seus ativos e liquidando seus passivos no curso normal de suas atividades. **Situação financeira consolidada:** Em 31 de dezembro de 2025, a CS Infra apresentou, no balanço patrimonial consolidado, ativo circulante de R\$ 925.823 e passivo circulante de R\$ 375.346, resultando em capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo no montante de R\$ (49.523). Em 31 de dezembro de 2024, o CCL consolidado também era negativo, totalizando aproximadamente R\$ (263.040), refletindo, naquele exercício, a intensificação do ciclo de investimentos do Grupo e a estrutura de financiamento adotada pelas controladas. No âmbito da controladora, em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante totalizou R\$ 64.332, enquanto o passivo circulante alcançou R\$ 17.087, evidenciando posição de capital circulante líquido positivo, decorrente, principalmente, da concentração de recursos intragrupo, créditos com partes relacionadas e da sua natureza como holding operacional e financeira. **Principais fatores que impactaram o capital circulante líquido:** O CCL consolidado negativo decorre, substancialmente, de: • contratações de empréstimos, financiamentos e notas comerciais pelas subsidiárias do Grupo ao longo de 2024 e 2025, com vistas ao custeio de investimentos estruturais e operacionais relevantes; • estágio distinto de maturação dos ativos do portfólio, envolvendo companhias em plena operação, ativos em início de geração de caixa e projetos em fase préoperacional; • classificação de parcelas significativas das obrigações financeiras no passivo circulante, compatível com a estratégia de financiamento de curto prazo, em grande parte junto à controladora indireta e instituições de fomento. **Análise por segmento e controlada relevante: Portos - ATU12 e ATU18:** No segmento portuário, as controladas ATU12 e ATU18 apresentaram, individualmente, capital circulante líquido ("CCL") negativo em 31 de dezembro de 2025, em linha com exercícios anteriores. Em 2025, o CCL negativo da ATU12 totalizou R\$ (59.895) e o da ATU18 R\$ (75.670), refletindo, principalmente, os financiamentos contratados ao longo de 2024 e 2025 para a conclusão dos projetos. Esses financiamentos incluem notas comerciais subscritas pela controladora Simpar, com flexibilidade contratual quanto ao alongamento de prazos, mitigando riscos de liquidez no curto prazo. Os investimentos da ATU12 foram integralmente concluídos em dezembro de 2025, e o terminal iniciou 2026 operando em plena capacidade, já apresentando crescimento relevante de receitas e geração de caixa operacional. No caso da ATU18, a avaliação da continuidade operacional considera o estágio de implantação, as projeções de fluxo de caixa e o suporte financeiro da controladora, sustentando a expectativa de recomposição gradual do capital de giro. **Rodovias - Grãos do Piauí:** A Concessionária Grãos do Piauí apresentou, em 2025, evolução operacional consistente, com receita líquida de R\$ 115,1 milhões, decorrente da plena operação das praças de pedágio e do crescimento da curva de tráfego. Os investimentos realizados totalizaram R\$ 53,7 milhões, conforme previsto contratualmente. A Administração avalia que a geração operacional de caixa, em conjunto com os financiamentos já contratados, é suficiente para fazer frente às obrigações financeiras e operacionais, não havendo incertezas relevantes quanto à sua continuidade operacional. **Rodovias - Mercosul:** A Mercosul iniciou a operação do ativo concedido em dezembro de 2025, passando a gerar receitas operacionais no mesmo exercício. Em 31 de dezembro de 2025, apresentou CCL negativo de R\$ (7.064), característica típica de contratos em estágio inicial, em função da concentração de obrigações junto ao Poder Concedente. A Administração projeta, para 2026, receita operacional bruta da ordem de R\$ 76 milhões, o que suporta adequadamente as necessidades de capital de giro e o cumprimento de obrigações futuras. **Rodovias - Rota da Integração:** Em 31 de dezembro de 2025, a Rota da Integração encontrava-se em fase préoperacional, sem geração de receitas, apresentando CCL negativo de R\$ (8.094). A estrutura financeira da concessão contempla financiamento ponte no valor de R\$ 60 milhões já contratado, além da expectativa de captação de aproximadamente R\$ 250 milhões em financiamentos de longo prazo, via FDA e FCC, suficientes para suportar o ciclo de investimentos e o início da operação previsto para 2026. **Terminais Urbanos - Bloco Leste:** A Concessionária Terminais Bloco Leste apresentou, em 31 de dezembro de 2025, posição financeira sólida, com caixa e equivalentes de caixa de R\$ 12.378, ausência de endividamento financeiro e geração positiva de caixa operacional. Os investimentos obrigatórios estimados em R\$ 120 milhões encontram-se em fase de estruturação financeira, com expectativa de financiamento de longo prazo, compatível com o fluxo de caixa projetado da concessão. **Conclusão sobre a continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional do Grupo CS Infra com base (i) na diversidade e complementaridade do portfólio de concessões; (ii) na conclusão ou estágio avançado dos principais investimentos; (iii) na entrada em operação plena de ativos relevantes a partir de 2026; (iv) nas projeções econômico-financeiras consolidadas, que indicam geração de caixa operacional suficiente para fazer frente às obrigações financeiras e contratuais; e (v) no histórico e no compromisso de suporte financeiro dos acionistas controladores. Com base nessa avaliação, a Administração conclui que não existem incertezas relevantes que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da CS Infra, em nível individual e consolidado, tendo as demonstrações financeiras sido elaboradas considerando que o Grupo continuará operando normalmente no futuro previsível. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo CS Infra no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo CS Infra. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CS Infra são apresentadas em Reais ("R\$"), que correspondem à moeda funcional e de apresentação da Companhia e da maioria de suas controladas. A moeda funcional foi determinada com base na avaliação do ambiente econômico principal em que as entidades do Grupo operam, considerando, principalmente, a moeda que influencia a geração de receitas, a estrutura de custos, o planejamento operacional, o processo decisório da Administração e as decisões de investimento. De forma geral, as controladas do Grupo CS Infra realizam suas operações no território nacional, auferem receitas predominantemente denominadas em Reais, incorrendo majoritariamente em custos e despesas nessa mesma moeda. As decisões de financiamento e gestão de capital de giro também são conduzidas com base em fluxos de caixa em Reais. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Base de consolidação:** O Grupo CS Infra consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 1.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas nas notas abaixo. **2.5.1 Controlada:** A CS Infra controla uma entidade quando detém o controle. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a CS Infra obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da CS Infra, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **2.5.2 Transações com participações de não controladoras:** A CS Infra trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **2.5.3 Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, ou seja do mesmo grupo econômico do Grupo Simpar. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da CS Infra nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Grupo CS Infra. Esses investimentos são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável, sendo os ganhos ou perdas reconhecidas no resultado do exercício. **2.7 Imobilizado:** O Grupo CS Infra registra os bens do imobilizado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil, é reconhecido na demonstração do resultado do exercício em que ocorrer. O valor residual, as vidas úteis e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente, quando aplicável. Também integram o imobilizado equipamentos e peças destinadas às obras de ampliação estocados em almoxarifado, avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de realização, incluindo ganhos com aquisição, transporte e armazenagem. **2.8 Intangível:** O ativo intangível refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e aos ativos relacionados às infraestruturas das concessões, registrados ao custo de aquisição ou formação, em conformidade com a ICPM 01 (R1) e OCPM 05. Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, sendo, nas subsidiárias portuárias, com base na movimentação de carga e descarga de produtos, conforme o fluxo de carga projetado, e, nas subsidiárias rodoviárias, com base no fluxo de movimentação de eixos, refletindo a quantidade de veículos que utilizam as praças de pedágio, ambos com base em projeções econômicas e operacionais. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos e são reconhecidas na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço. A Administração do Grupo CS Infra avalia periodicamente as posições adotadas nas apurações dos tributos sobre o lucro, reconhecendo provisões quando apropriado. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, no ativo ou passivo, quando aplicável, desde que exista direito legal e exequível de compensação e que se refiram a tributos lançados pela mesma autoridade fiscal. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Não são reconhecidos tributos diferidos quando decorrentes do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em operação que não seja combinação de negócios e que, à época da transação, não afete o resultado contábil nem o lucro tributável. Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização, considerando os planos de negócios e a reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Os tributos correntes e diferidos são calculados, para as companhias sujeitas à legislação brasileira, à alíquota de 15% de IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente ao limite legal, e à alíquota de 9% de CSLL, considerando a limitação de 30% para compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. **Imposto a las Ganancias - CS Rodovias Mercosul:** Em razão da natureza binacional do Contrato de Concessão e nos termos do acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 3.467, de 17 de maio de 2000, a CS Rodovias Mercosul está sujeita à legislação tributária argentina em relação aos tributos diretos. Dessa forma, o imposto sobre o lucro correspondente ao *Impuesto a las Ganancias*, apurado conforme a legislação vigente na Argentina e administrado pelas autoridades fiscais locais. O imposto é inicialmente apurado em Pesos Argentinos e convertido para Reais utilizando a taxa de câmbio de fechamento da data do balanço. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não é aplicável à Mercosul. Não foram identificadas diferenças temporárias relevantes que justificassem o reconhecimento de impostos diferidos. **2.10 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Os passivos financeiros do Grupo CS Infra são classificados como mensurados ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, sendo a despesa financeira reconhecida no resultado do exercício. O Grupo CS Infra desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. O desreconhecimento também ocorre quando há modificação substancial nos termos

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DA CS INFRA S.A. em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratuais, sendo reconhecido um novo passivo financeiro a valor justo. **2.11 Contratos de concessão:** O ativo intangível e o ativo financeiro (contas a receber de longo prazo) de concessão referem-se aos investimentos e benfeitorias relacionados à construção, ampliação e melhoria da infraestrutura necessária à prestação do serviço público, reconhecidos como receita de construção conforme a orientação OCP 05. O direito de exploração decorrente dos contratos de concessão é reconhecido em contrapartida ao reconhecimento, a valor presente, das obrigações fixas e variáveis mínimas contratuais assumidas, bem como dos investimentos em infraestrutura, considerando a avaliação dos benefícios econômicos futuros. Os contratos de concessão das subsidiárias são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. A Administração revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa com o objetivo de identificar eventuais indicativos de perda por redução ao valor recuperável. **Direito de outorga:** Nas subsidiárias portuárias, a outorga corresponde ao prêmio pago ao Poder Concedente pelo direito de exploração da área concedida. O critério adotado nos editais considera o maior valor de outorga ofertado. Esses valores são registrados como ativo intangível e amortizados ao longo do prazo contratual. **2.11.1 Direito de exploração:** O direito de exploração é reconhecido ao valor justo no ativo intangível, em contrapartida às obrigações com o Poder Concedente, considerando o fluxo projetado de pagamentos ao longo do prazo da concessão, descontado pela taxa compatível com o custo de captação do Grupo CS Infra na data da assinatura do contrato. **2.12 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Na data de início dos contratos de arrendamento, os respectivos passivos são reconhecidos ao valor presente dos pagamentos mínimos e classificados como mensurados ao custo amortizado. Posteriormente, são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros, com reconhecimento das despesas financeiras no resultado. O passivo é desreconhecido quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. **2.13 Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, líquidos dos custos de transação, e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo, enquanto os demais custos são reconhecidos como despesa no resultado no período em que incorridos. **2.14 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo CS Infra possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de evento passado, por provável a saída de recursos econômicos e o valor da obrigação puder ser estimado de forma confiável. Quando se espera o reembolso de uma provisão, total ou parcial, esse reembolso é reconhecido como ativo separado somente quando for praticamente certo. As despesas relativas às provisões são apresentadas no resultado de forma líquida dos reembolsos. **2.16 Reconhecimento de receitas: 2.16.1 Contratos com clientes - serviços portuários:** A receita de serviços de carga e descarga portuária é reconhecida quando o controle do serviço é transferido ao cliente, com base na tonelagem movimentada a partir do atracamento do navio no terminal. As receitas de armazenagem alfandegária são reconhecidas com base no período de armazenagem e movimentação contratada, sendo faturadas conforme aceite do cliente. **2.16.2 Arrecadação - utilização da rodovia:** A receita decorrente da utilização da rodovia é mensurada com base na arrecadação diária proveniente de numerários, cartões de crédito e débito, meios automáticos de pagamento (TAG) e vale-pedágio. Nas concessões rodoviárias, a receita é reconhecida no momento em que o usuário efetua a passagem pelas praças de pedágio e realiza o respectivo pagamento, ocasião em que ocorre a transferência do controle do serviço prestado. No caso da Mercosul, a receita refere-se à arrecadação pela utilização da infraestrutura concedida no âmbito do contrato binacional de concessão, sendo reconhecida no momento da efetiva utilização da travessia pelos usuários, quando ocorre o pagamento das tarifas correspondentes. A arrecadação é realizada de acordo com as regras operacionais estabelecidas no contrato de concessão e na regulamentação aplicável, podendo ocorrer em moeda estrangeira. Para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas, as receitas apuradas em moeda estrangeira são convertidas para Reais utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil. **2.16.3 Contraprestação mensal:** Nas concessões patrocinadas, a receita de contraprestação pública é reconhecida conforme a evolução das obras e o cumprimento dos indicadores de desempenho previstos contratualmente, distinguindo-se entre contraprestação pecuniária mensal e contraprestação efetiva mensal. **2.16.4 Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida ao longo do tempo, com base nos custos incorridos, em contrapartida ao ativo intangível ou ao ativo financeiro, conforme aplicável. Não é reconhecida margem nessa atividade, uma vez que os custos de construção são contratados a valores de mercado e a Administração entende que a margem de construção é igual a zero. **2.17 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros do Grupo CS Infra incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento. São reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme o modelo de negócios e o teste SPPI. **Estimativa do valor justo:** A Administração entende que os valores contábeis das contas a receber e a pagar, líquidos de perdas, aproximam-se de seus valores justos. Os empréstimos e passivos de arrendamento têm seus valores justos estimados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros. **2.18 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos:** O Grupo CS Infra reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base no modelo de perdas de crédito esperadas. Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para identificação de indícios de perda por redução ao valor recuperável, sendo o valor recuperável estimado com base no maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. Com base nas avaliações realizadas pela Administração, não foram identificados indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros na data do balanço, não sendo, portanto, necessário o reconhecimento de perdas por impairment no período.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da CS Infra utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo CS Infra e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Contabilização do contrato de concessão:** A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão. O Grupo CS Infra efetua análises que envolvem o julgamento da Administração do Grupo, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.3. O Grupo CS Infra entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consonância com o determinado no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **b) Reconhecimento de ativo intangível e financeiro:** A Administração do Grupo CS Infra, avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse. Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com a movimentação de carga e descarga de produtos nos portos e pela passagem dos veículos, ou seja, utilização da rodovia, ambos com base em fluxos projetado. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível e financeiro.

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

4.1 Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025: As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025: Alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023 foi adicionado novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **4.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). a) CPC 51/IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: essa nova norma substituirá o CPC26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos destinados a aprimorar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades semelhantes e proporcionar informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá

8.2 Movimentação do investimento: A movimentação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2023	Equivalência Patrimonial	Cisão parcial (i)	Outras variações patrimoniais	Aporte de capital	2024	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outras variações patrimoniais	Aporte de capital	2025
Ciclus Ambiental	94.967	-	(94.967)	-	-	-	-	-	-	-	-
ATU 12	43.406	(14.840)	-	-	30.000	58.566	(41.049)	-	-	21.849	39.366
ATU 18	19.467	(2.161)	-	-	3.500	20.806	(9.110)	-	-	-	11.696
Grãos do Piauí	47.171	13.590	-	470	61.231	15.071	(138)	-	-	-	76.164
Bloco Leste	-	-	-	-	-	2.104	-	-	-	-	5.135
Mercosul	-	-	-	-	-	1.057	(10)	6	16.504	17.557	-
Rota da Integração	-	-	-	-	-	(1.061)	(20)	-	8.094	7.013	-
BSIM	-	-	-	-	-	1	-	-	3.369	3.370	-
Agio na aquisição de negócios (i)	35.166	-	(35.166)	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais-valia - imobilizado (i)	8.784	-	(8.784)	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais-valia - carteira de clientes (i)	28.027	-	(28.027)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito impostos diferidos sobre mais-valia (i)	(11.294)	-	11.294	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais-valia - provisão para demandas judiciais (i)	(87)	-	87	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	265.607	(3.411)	(155.563)	470	33.500	140.603	(32.987)	(168)	6	54.951	162.405

8.3 Saldos patrimoniais e do resultado da controlada:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Lucro (Prejuízo) do período
Investimentos								
ATU 12	45.619	1.016.797	114.253	908.797	39.366	229.251	(265.406)	(41.049)
ATU 18	45.619	538.070	121.289	450.704	11.696	134.673	(145.534)	(9.110)
Grãos do Piauí	86.625	374.349	51.761	305.235	103.978	164.835	(99.172)	22.227
Bloco Leste	19.863	1.479	7.186	-	14.155	24.069	(18.493)	4.126
Mercosul	6.065	72.937	13.139	48.307	17.557	8.412	(6.969)	1.057
Rota da Integração	62.223	8.203	63.393	-	7.033	6.886	(8.800)	(1.061)
BSIM	6.269	74.441	82	-	80.627	-	(12)	-
Totais	272.283	2.086.276	371.103	1.713.043	274.412	568.126	(544.386)	(23.822)
								2024
Investimentos								
ATU 12	42.608	851.182	170.439	664.785	58.566	420.994	(424.899)	(14.840)
ATU 18	30.669	344.281	123.793	230.352	20.805	207.582	(212.932)	(2.161)
Grãos do Piauí	57.446	332.957	94.383	214.081	81.939	206.451	(161.883)	16.901
Totais	130.723	1.528.420	388.615	1.109.218	161.310	835.027	(799.714)	(100)

9. IMOBILIZADO

As composições dos saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Células de aterro	Edifícios	Imobilizado em andamento	Provisão para desmontagem	Direito de uso	Outros	Total
Custo												
Em 31 de dezembro de 2023	4.620	68.856	53.227	2.470	7.458	15.697	531.540	163.639	1.455	18.569	45.187	912.718
Cisão parcial (i)	(436)	(63.879)	(52.711)	(1.836)	(1.312)	(15.697)	(531.540)	(156.514)	(1.455)	(18.569)	(45.187)	(889.136)
Adições	1.935	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	1.956
Transferências intangível	-	-	(516)	-	-	-	-	(2.158)	-	-	-	(2.674)
Transferências	2.509	579	-	266	944	-	-	(4.298)	-	-	-	-
Baixa de ativos e outros	(109)	16	-	(21)	(385)	-	-	-	-	-	-	(499)
Em 31 de dezembro de 2024	8.519	5.572	879	6.726	7.072	15.697	531.540	163.639	1.455	18.569	45.187	912.718
Adições	2.226	4.177	-	1.288	269	-	-	12	-	-	-	7.972
Transferências intangível	-	-	-	-	(1.554)	-	-	-	-	-	-	(1.554)
Transferências	(25)	1.638	-	74	(1.712)	-	-	-	-	-	24	-
Baixa de ativos e outros	(147)	(3.110)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(3.282)
Em 31 de dezembro de 2025	10.572	8.277	2.242	3.729	5.316	15.697	531.540	163.639	1.455	18.569	45.187	912.718
Depreciação acumulada												
Em 31 de dezembro de 2023	(999)	(25.695)	(40.112)	(1.685)	(1.173)	(4.736)	(195.753)	(263)	(1)	(8.432)	(23.505)	(302.354)
Depreciação decorrente de aquisição de empresas	436	25.154	40.108	1.603	754	4.736	195.753	-	1	8.432	23.505	300.482
Despesa de depreciação no exercício	(255)	(361)	-	(93)	(432)	-	-	-	-	-	-	(1.141)
Transferências	-	(263)	-	-	-	-	-	263	-	-	-	-
Baixa de ativos e outros	(37)	163	4	(46)	(144)	-	-	-	-	-	-	(60)
Em 31 de dezembro de 2024	(855)	(1.002)	(221)	(995)	(995)	(4.736)	(195.753)	(263)	(1)	(8.432)	(23.505)	(302.354)
Despesa de depreciação no exercício	(552)	(795)	-	(265)	(291)	-	-	-	-	-	-	(1.903)
Transferências intangível	-	-	-	-	259	-	-	-	-	-	-	260
Transferências	-	(334)	-	(4)	338	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de ativos e outros	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Em 31 de dezembro de 2025	(1.395)	(2.131)	(490)	(689)	(736)	(4.736)	(195.753)	(263)	(1)	(8.432)	(23.505)	(302.354)
Saldos líquidos												
Em 31 de dezembro de 2024	7.664	4.570	-	658	5.731	-	-	669	-	-	-	19.292
Em 31 de dezembro de 2025	9.177	6.146	-	1.751	3.040	-	-	681	-	-	-	20.795
Taxa média de depreciação (%)	4,9%	5,0%	-	20%	10%	-	-	-	-	-	-	-

(i) Em 31 de janeiro de 2024, ocorreu cisão parcial da CS Infra, referente as operações relacionadas a controlada Ciclus Ambiental Rio S.A., incorporada na Ciclus Ambiental S. A., empresa do Grupo Simpar.

mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 2026 e serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. b) Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: **(a)** Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; **(b)** Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; **(c)** Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e **(d)** Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. c) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	2.867	76
Bancos	6	11	408	133
Total de disponibilidades	6	11	3.275	209
CDB - Certificado de depósito bancário	30	84	26.728	1.231
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	2.808	-	7.718	-
Outras aplicações financeiras	-	-	78.277	-
Cotas de outros fundos	2	-	25.492	-
Total de Aplicações financeiras	2.840	<		

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DA CS INFRA S.A.
em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano do arrendamento	Movimentação mínima exigida de granel mineral (quilo em toneladas - kg)
Ano 1	–
Ano 2	864.602
Ano 3	864.602
Ano 4	1.111.685
Ano 5	1.186.457
Ano 6	1.233.400
Ano 7	1.281.829
Ano 8	1.331.786
Ano 9	1.345.276
Ano 10	1.358.960
Ano 11	1.372.649
Ano 12	1.386.532
Ano 13	1.400.611
Ano 14	1.414.888
Ano 15	1.429.367
Ano 16	1.443.931
Ano 17	1.458.699
Ano 18	1.473.673
Ano 19	1.488.857
Ano 20	1.504.253
Ano 21	1.518.988
Ano 22	1.533.915
Ano 23	1.549.035
Ano 24	1.564.353
Ano 25	1.579.869

B) ATU 18: Conforme previsto no Contrato de Arrendamento celebrado com o Poder Concedente, a ATU 18 possui obrigações financeiras relacionadas à exploração da área arrendada no Porto, compreendendo: **(i) Outorga:** A Companhia obrigou-se ao pagamento do valor total de R\$ 53.500, conforme estabelecido no Edital de Concessão. Do montante total, 25% foram pagos como condição para assinatura do contrato, sendo o saldo remanescente liquidado em cinco parcelas anuais sucessivas, reajustadas monetariamente pelo IPCA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 10.471, atualizados conforme previsto contratualmente. **(ii) Arrendamento fixo:** A Companhia deve pagar mensalmente valor de arrendamento fixo pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa da área arrendada, reajustado anualmente pela variação do IPCA. No exercício de 2025, os pagamentos totalizaram R\$ 5.113, sendo liquidados até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês de referência. **(iii) Arrendamento variável:** O contrato prevê o pagamento de valor por tonelada de carga movimentada, reajustado pelo IPCA. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não iniciou a movimentação operacional de cargas, não havendo pagamentos reconhecidos a esse título. **(iv) Parcelas adicionais de outorga:** A ATU 18 também está obrigada ao pagamento de cinco parcelas anuais de R\$ 7.875, correspondentes à diferença entre o valor ofertado no leilão e o valor previamente pago como obrigação inicial. As parcelas são reajustadas pelo IPCA acumulado entre a data do leilão e cada data de pagamento. **(v) Movimentação mínima exigida:** Nos termos contratuais, ao final de cada ano contratual, caso a movimentação efetivamente realizada seja inferior à movimentação mínima exigida, a Companhia deve complementar o pagamento do arrendamento variável. Ressalta-se que os anos contratuais não coincidem com os anos civis. O ano 4 do contrato iniciou em 08 de junho de 2025 e se encerrará em 08 de junho de 2026, sendo a meta aferida apenas ao término desse período. Dessa forma, não houve exigência de complementação no exercício de 2025.

Ano do arrendamento	Movimentação mínima exigida de complexo de soja (quilo em tonelada - kt)
Ano 1	–
Ano 2	–
Ano 3	–
Ano 4	164
Ano 5	331
Ano 6	510
Ano 7	699
Ano 8	717
Ano 9	737
Ano 10	756
Ano 11	768
Ano 12	780
Ano 13	792
Ano 14	804
Ano 15	816

C) CS Rodovias Mercosul: Conforme previsto no Contrato de Concessão nº 01/2025, celebrado com a Comissão Mista Argentino-Brasileira - COMAB, a CS Rodovias Mercosul SPE S.A. ("Companhia") possui obrigações financeiras relacionadas à exploração da infraestrutura concedida, compreendendo, principalmente, o pagamento de outorga fixa, outorga variável e taxa de regulação. **(i) Outorga fixa:** A proposta vencedora considerou valor total de outorga fixa de USD 26.602, a preços de junho de 2024, composto por parcela inicial e 24 parcelas anuais subsequentes. Os valores são corrigidos monetariamente pela variação do *Consumer Price Index* (CPI) e convertidos em Reais e Pesos Argentinos conforme critérios contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos no montante total equivalente a R\$ 7.143. O valor da obrigação reconhecida contabilmente totalizou R\$ 7.164, refletindo a atualização monetária contratual. **(ii) Outorga variável:** A outorga variável é apurada com base na diferença positiva entre a receita de pedágio efetivamente realizada e a receita projetada em cenário de crescimento pessimista, conforme metodologia prevista contratualmente. Considerando o início recente da operação, não houve reconhecimento relevante de outorga variável no exercício de 2025. **(iii) Saldos no passivo:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total das obrigações com o Poder Concedente registrado no balanço patrimonial da Mercosul totalizava R\$ 53.715, sendo R\$ 5.408 classificados no passivo circulante e R\$ 48.307 no passivo não circulante, refletindo substancialmente obrigações de outorga fixa parcelada e taxa de regulação da COMAB, conforme cronograma contratual de exigibilidade. A movimentação dos valores a pagar ao poder concedentes nos exercícios de 2024 e 2025 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2025
Em 31 dezembro de 2024	445.025
Novos contratos	–
Variação monetária	55.661
Amortização	(23.305)
Juros pagos	(22.934)
Juros apropriados	24.851
Em 31 dezembro de 2025	479.298
Novos contratos	68.023
Variação monetária	23.570
Amortização	(38.999)
Juros pagos	(24.336)
Juros apropriados	24.431
Em 31 dezembro de 2025	531.986
Circulante	41.828
Não circulante	490.158
Total	531.986

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Provisão de férias	696	605	3.485	2.337
Salários	759	378	9.395	3.736
Bônus e participações nos lucros e resultados (i)	7.204	3.100	10.763	4.522
INSS	177	166	2.662	1.479
FGTS	45	44	307	146
Outros	–	–	115	–
Total	8.882	4.293	26.728	12.220

(i) Bônus (*Phantom Shares*) baseado na variação de valor (preço de mercado) das ações do Grupo Simpar e o pagamento desse numerário será realizado a longo prazo.

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

O Grupo CS Infra é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e civis. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, o Grupo CS Infra realiza análise das demandas judiciais pendentes e, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, para aquelas com expectativa de perda provável.

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Cível	18	–
Trabalhista	20	554
Total	38	554

a. Perdas possíveis não provisionadas no balanço: O Grupo CS Infra tem ações de natureza cível, tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possível para as quais não há provisão para contingências constituída:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Tributário	792	4.157
Trabalhista	545	391
Total	1.337	4.548

(i) Tributário: Em âmbito tributário, a Grãos do Piauí possui 6 (seis) procedimentos administrativos em fase inicial de tramitação, nos municípios de Currais e Uruçuí, relativos à incidência de ISSQN sobre os serviços prestados e tomados pela concessionária. A Administração do Grupo CS Infra, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, estima que o risco de perda dos processos é possível e, por esse motivo, não registrou qualquer provisão. **(ii) Trabalhista:** O Grupo CS Infra possui ao todo 89 (oitenta e nove) processos trabalhistas, sobretudo de ex-funcionários e de funcionária, e procedimentos administrativos junto ao Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, sendo (i) 39 (trinta e nove) relativos a ATU12 e ATU18, (ii) 4 (quatro) relativos à Terminal Bloco Leste SPE S.A., (iii) 16 (dezesseis) relativos à Grãos e (iv) 1 (um) relativo à CS Infra (holding). A Administração do Grupo CS Infra, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, estima que o risco de perda dos processos é possível e, por esse motivo, não registrou qualquer provisão.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.708)	(26.854)	(54.820)	(24.359)
<i>Alíquotas nominais</i>	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	16.561	9.130	18.639	8.282
(Adições) exclusões permanentes	–	–	–	–
Equivalência patrimonial	(11.216)	(1.160)	–	–
Impostos sobre aplicação financeira	–	–	–	1.341
Incentivos fiscais - PAT	–	–	139	24

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Benefício SUDENE	–	–	1.881	–
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	(35)	291	(59)	(572)
IRPJ e CSLL apurados	5.310	8.261	20.600	9.075
Corrente	–	–	(6.729)	(396)
Diferido	5.310	8.261	27.329	9.471
IRPJ e CSLL no resultado	5.310	8.261	20.600	9.075
<i>Alíquotas efetivas</i>	-14%	-31%	-26,98%	-37,26%

b. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos, referem-se aos créditos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Imposto diferido ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.133	7.325	55.310	29.511
Perdas esperadas (<i>"impairment"</i>) de contas a receber	–	–	(25)	–
Depreciação de arrendamentos por direito de uso	–	–	–	123
Depreciação econômica vs. fiscal	–	–	1	–
Provisão tributária	2.449	–	6.612	–
Outras provisões	(11)	936	(11)	1.671
Total do imposto diferido ativo	13.571	8.261	61.888	31.305
Imposto diferido passivo				
Receita diferida de órgãos públicos	–	–	(10.810)	(8.048)
Depreciação econômica vs. fiscal	–	–	(1.515)	(571)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	–	–	452	–
Total do imposto diferido passivo	–	–	(11.873)	(8.619)
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	13.571	8.261	50.014	22.686
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	13.571	8.261	54.820	23.170
Tributos diferidos passivos	–	–	(4.805)	(484)
Total do imposto diferido passivo, líquido	13.571	8.261	50.014	22.686

As expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização está demonstrada no cronograma abaixo:

	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Consolidado Total
Valores totais líquidos	(4.268)	325	5.272	12.987	36.064	50.380

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Resultado do exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido consolidado de R\$ 34.220, sendo R\$ 43.399 atribuíveis aos acionistas controladores e R\$ 9.179 atribuíveis à participação dos não controladores. O prejuízo atribuível aos acionistas controladores foi reconhecido na rubrica de prejuízos acumulados, reduzindo o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A parcela do prejuízo atribuível aos não controladores foi apropriada diretamente à respectiva participação no patrimônio líquido consolidado. **b) Capital social e adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC):** Durante o exercício de 2025, a Companhia recebeu aportes de capital no montante de R\$ 126.920, bem como efetuou a capitalização integral do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) anteriormente registrado, no valor de R\$ 46.000. Como resultado dessas movimentações, o capital social passou de R\$ 63.978 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 190.898 em 31 de dezembro de 2025, refletindo o aumento líquido decorrente dos aportes realizados. Em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo registrado como AFAC. **c) Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía reserva legal no montante de R\$ 3.730 e reserva de investimentos no valor de R\$ 4.677. Em função do prejuízo apurado no exercício de 2025, a reserva de investimentos foi integralmente absorvida para compensação parcial dos prejuízos acumulados, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A reserva legal não sofreu movimentações, permanecendo com saldo de R\$ 3.730 em 31 de dezembro de 2025. Não houve constituição de novas reservas no exercício. **d) Participação de não controladores:** No exercício de 2025, as movimentações relacionadas à participação de não controladores resultaram em aumento líquido de R\$ 3.653, decorrente de alterações na participação societária. Adicionalmente, foi atribuída à participação de não controladores a parcela do prejuízo líquido do exercício no montante de R\$ 9.179. Tais movimentações foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido consolidado, sem impacto no resultado atribuível aos acionistas controladores.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita de carga e descarga	150.374	109.126
Receita de arrecadação	123.679	19.663
Receita de contraprestação	20.177	60.413
Receita de locação	2.357	–
Receita de espaço para publicidade e propaganda	500	–
Receita de construção	299.540	645.825
Receita de venda, locação e prestação de serviços	596.627	855.486

Apresentamos a seguir a conciliação entre as receitas brutas e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultado do período:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita bruta	596.627	855.486
Menos:		
Impostos sobre serviços prestados	(28.500)	(20.459)
Receita líquida total	568.126	835.027

21. GASTOS POR NATUREZA

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Pessoal e encargos	(20.863)	(14.343)	(65.132)	(42.257)
Serviços contratados	9.621	(7.689)	(142.698)	(287.049)
Manuseio de cargas e enloneamentos	–	–	(105.755)	(188.342)
Peças, pneus e manutenções	–	–	(5.745)	(75.171)
Fretes, combustíveis e lubrificantes	(10)	(50)	(3.819)	(2.990)
Infraestrutura e <i>utilities</i>	(343)	(151)	(124.798)	(66.148)
Material de consumo	(206)	(39)	(4.648)	(3.075)
Materiais de construção	–	–	(53.453)	(108.148)
Depreciação e amortização	(75)	(47)	(25.918)	(16.269)
Comunicação, propaganda e publicidade	(204)	(39)	(938)	(663)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	–	(4)	(4.821)	(20.720)
Perda de valor recuperável (i)	–	–	(8.738)	–
Aluguéis de imóveis	(697)	(865)	(1.505)	(1.284)
Viagens e estadias	(1.038)	(357)	(2.139)	(1.221)
Impostos e taxas	(443)	(712)	(10.627)	(3.888)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	–	–	11.843	7.546
Outros custos	(1.405)	(56)	(11.146)	(14.345)
Total	(15.662)	(24.309)	(560.036)	(824.024)
Custo de prestação de serviços	–	–	(187.648)	(645.825)
Custo de construção	–	–	(299.568)	(119.571)
Despesas comerciais	(30)	–	(1.200)	(1.104)
Despesas administrativas	(15.939)	(24.228)	(71.544)	(57.451)
Outras receitas (despesas) operacionais	(39)	(81)	(76)	(73)
Total	(15.662)	(24.309)	(560.036)	(824.024)

(i) O valor registrado na rubrica perda de valor recuperável, no montante de R\$ 8.738 em 31 de dezembro de 2025, refere-se ao reconhecimento de despesa decorrente de sinistro envolvendo mercadorias de terceiros sob responsabilidade da ATU12, considerando que R\$ 15.297 já foram desembolsados aos clientes até a data-base e que o saldo remanescente de R\$ 3.869 encontra-se registrado na rubrica outras contas a pagar, havendo alta expectativa de recuperação dos valores reconhecidos, tendo em vista que o processo de regulação junto à seguradora encontra-se em fase final.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	204	78	9.743	6.937
Variação cambial, líquida	–	219	–	220
Juros recebidos	(6)	–	(29)	136
Descontos obtidos	–	–	29	–
Atualização monetária de impostos a recuperar e depósitos judiciais	–	–	22	–
Receita sobre mútuo	293	–	293	–
Outras receitas financeiras	3.526	1.467	3.526	1.709
Receita financeira total	4.017	1.764	13.584	9.002
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre Impostos e transações financeiras	(156)	–	(3.635)	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento	(4.183)	(571)	(42.619)	(38.913)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	–	–	(21.216)	–
Encargos sobre pagamentos	–	–	–	(615)
Despesa com captação	(2)	–	(181)	(21)
Despesas de mútuo	293	(258)	293	–
Comissão sobre fianças	–	–	(6.161)	(2.242)
Outras despesas financeiras	(30)	–	(717)	–
Descontos concedidos, despesas e tarifas bancárias	–	(69)	(2.259)	(2.573)
Despesa financeira total	(4.077)	(898)	(76.494)	(44.364)
Resultado financeiro líquido	(60)	866	(62.910)	(35.362)

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Instrumentos financeiros por categoria e mensuração: Os instrumentos financeiros do Grupo CS Infra estão apresentados abaixo de forma consolidada e alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2025		31/12/2024		Consolidado 31/12/2024	
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Categoria	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	–	141.490	–	141.490	1.440	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplic. financeiras	Nível 2	5	5	33.917	33.917	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	–	214.413	–	149.577	149.577	Custo amortizado

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DA CS INFRA S.A.
em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Nomenclatura	Rating em Escala Local "Br"	Qualidade
Br AAA		Prime
Br AA+, AA, AA-		Grau de investimento de elevado
Br A+, A, A-		Grau de investimento médio elevado
Br BBB+, BBB, BBB-		Grau de investimento médio baixo
Br BB+, BB, BB-		Grau de não investimento especulativo
Br B+, B, B-		Grau de não investimento altamente especulativo
Br CCC		Grau de não investimento extremamente especulativo
Br DDD, DD, D		Grau de não investimento especulativo de moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Grupo CS Infra para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores depositados em conta corrente	3.275	209
BrAAA	98.293	1.231
BrAA+, AA, AA-	39.922	—
Total de aplicações financeiras	138.215	1.231
Total de caixa e equivalentes de caixa	141.490	1.440
	31/12/2025	31/12/2024

Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
BrAAA	—	—
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	5	33.917

b) Risco de mercado: O Grupo CS Infra monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo CS Infra é manter em seus ativos saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de deter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários e capacidade para tomar recursos, a fim de garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado para prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. **c) Risco de liquidez:** O Grupo CS Infra monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo CS Infra é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de ter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários e capacidade para tomar recursos a fim de garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado para prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, que concentram parte substancial dos riscos relacionados à liquidez:

	Consolidado				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	57.027	61.806	61.806	—	—
Empréstimos e financiamentos	1.475.179	2.200.476	358.672	933.947	907.857
Obrigações com o poder concedente	531.986	1.272.286	52.594	89.055	1.130.637
Partes relacionadas	83	213	213	—	—
Outras contas a pagar	10.104	10.104	10.104	—	—
Dividendos a pagar	70	70	70	—	—
Total	2.074.449	3.544.955	483.459	1.023.002	2.038.494

DIRETORIA

Fernando Antonio Quintas Alves Filho - Diretor

Rodrigo Pinheiro Andrade - Diretor

CONTADOR

Diogo Venceslau da Silva - (CRC-SP 344761/O-9)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **CS Infra S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Infra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

24. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo da CS Infra possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	BA	114.836	17/05/2025 A 17/05/2026
SEGURO COMPREENSIVO PARA OPERADORES PORTUÁRIOS	BA	1.285	08/06/2025 A 08/06/2026
SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	BA	28.765	17/05/2025 A 17/05/2026
SEGURO COMPREENSIVO PARA OPERADORES PORTUÁRIOS	BA	934	08/06/2025 A 08/06/2026
Apólice de seguro garantia	PI	24.763	23/07/2025 A 23/07/2026
Seguro de risco operacional	PI	545.529	25/09/2025 A 25/09/2026
Seguros de responsabilidade civil	PI	7.000	25/09/2025 A 25/09/2026
Seguro de risco de engenharia	PI	60.789	06/09/2022 A 06/05/2026
Responsabilidade civil geral amplo (ocorrência)	SP	5.000	12/09/2025 A 12/09/2026
Seguro garantia - setor público	SP	146.654	16/05/2025 A 16/05/2026
Danos a edificações, instalações, maquinismo, móveis, matéria-prima, etc., própria e/ou terceiros	SP	131.196	12/09/2025 A 12/09/2026
SEGURO GARANTIA: SEGURADO - SETOR PÚBLICO	RS, BRAZIL	17.740	30/09/2025 à 30/09/2026
SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL	RS, BRAZIL	10.000	01/12/2025 à 01/12/2026
SEGURO RISCOS DE ENGENHARIA	RS, BRAZIL	54.798	01/12/2025 à 01/12/2026
	CORRIENTES,		
	ARGENTINA	USD 17.040	01/12/2025 à 01/12/2026
SEGURO RISCOS OPERACIONAIS	MT	60.000	01/09/2025 A 01/09/2026
SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL - PARANATINGA	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026
Responsabilidade Civil Operações	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026
Empregador	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026
Danos a Terceiros decorrentes de Poluição Ambiental Acidental e Súbita	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da CS Infra S.A. e de suas controladas avaliou os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nessa avaliação, foram identificados os seguintes eventos relevantes: **a) Contratos relevantes: (i) CS Mobi Leste:** A controlada CS Mobi Leste celebrou contratos de empreitada total, a preço fixo, na modalidade *turnkey*, para a execução de obras civis de requalificação dos terminais sob sua concessão. Em 11 de fevereiro de 2026, foi celebrado contrato com a Global Service Engenharia Ltda., no valor total de R\$ 27.000, com vigência de 12 meses, referente às obras dos terminais do Bloco B. Adicionalmente, em 5 de março de 2026, foi celebrado contrato com a Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia S.A., no montante de R\$ 30.439, com vigência de 11 meses, destinado às obras civis de requalificação dos terminais do Bloco A. **(ii) Rota da Integração:** Em 25 de março de 2026, ocorreu a assinatura do Termo de Transferência de Posse do Sistema Rodoviário, que estabelece prazo de concessão até 25 de março de 2056, observadas as condições de prorrogação previstas contratualmente e na legislação aplicável. O extrato do Termo de Transferência e Assunção do Contrato de Concessão nº 005/2025 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (edição nº 29.202). **b) Captação de empréstimos e financiamentos:** No período de janeiro a março de 2026, ocorreram novas captações de empréstimos e financiamentos, conforme descrito a seguir: **(i) ATU 12:** Captação de Nota Comercial no valor de R\$ 24.900 junto à SIMPAR S.A., registrada em 6 de fevereiro de 2026. **(ii) ATU 18:** Captação de Nota Comercial no valor de R\$ 25.100 junto à SIMPAR S.A., com início em 6 de fevereiro de 2026. **c) Novas concessões:** Após a data-base das demonstrações financeiras, a CS Infra S.A. foi declarada vencedora de concessões públicas relevantes, que configuram eventos subsequentes não ajustáveis, conforme descrito a seguir: **(i) Parceria Público-Privada (PPP) - Programa Mais Escolas Paran,** concedida pelo Governo do Estado do Paraná, envolvendo a construção, manutenção e operação de serviços não pedagógicos de aproximadamente 40 unidades educacionais, com prazo de 20 anos e investimento total estimado em R\$ 1.500.000; e **(ii) Concessão Portuária da área MCP01 do Porto Organizado de Santana (AP),** outorgada em leilão promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com prazo de 25 anos e investimento total estimado em R\$ 138.000.

financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Barueri, 11 de maio de 2026

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>